



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

**RESOLUÇÃO Nº. 11.408 /TCM de 25 de fevereiro de 2014.**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Roteiro Contábil, Tabela de eventos e Histórico Padrão, disponibilizado pelo TCM/Pa, a partir do exercício financeiro de 2014, e novos procedimentos da remessa da Prestação de Contas.*

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II da Lei Complementar nº. 084 de 27 de dezembro de 2012 e art. 2º, II e art. 3º do Ato nº 16/2013 do Ato nº 16 de 9 de janeiro de 2013 e ainda;

Considerando a necessidade da criação de métodos e instrumentos de aprimoramento dos procedimentos necessários às ações de controle externo que lhe cabe, bem como, de padronização dos procedimentos dos registros contábeis a serem lançados nas prestações de contas dos municípios sob a sua jurisdição;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Aprovar e tornar obrigatório, a partir do exercício financeiro de 2014, o processamento das prestações de contas dos municípios sob sua jurisdição em conformidade com os seguintes ANEXOS desta Resolução:

- I** - ANEXO I – Roteiro Contábil Obrigatório;
- II** - ANEXO II – Tabela de Eventos
- III** - ANEXO III – Histórico Padrão;
- IV** - ANEXO IV – Plano PCASP.

**Art. 2º.** As prestações de contas quadrimestrais deverão ser encaminhadas contendo os lançamentos contábeis de cada período em processamento, lançados cumulativamente, de forma que as contas quadrimestrais sejam apresentadas consolidadas e encerradas com as respectivas apurações do resultado.

**Art. 3º.** As prestações de Contas quadrimestrais, a partir do exercício financeiro de 2014 deverão na ordem os seguintes documentos:

- a) Ofício;
- b) Relatório de análise do Controle Interno, sobre as contas remetidas;



**ESTADO DO PARÁ**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

- c) Arquivo do E-contas;
- d) Recibo de Protocolo;
- e) Arquivos digitais, no padrão PDF, assinado conforme norma do IPC Brasil, dos seguintes documentos:
  - 1. Parecer dos Conselhos Municipais;
  - 2. Extratos Bancários;
  - 3. Balancete Financeiro do quadrimestre.


**Art. 4º.** As prestações de contas quadrimestrais apresentadas pelo Poder Executivo deverão ser consolidadas com todas as Unidades Gestoras, inclusive, com a Câmara Municipal e o Instituto de Previdência, caso exista.

**Parágrafo Único.** Cada Unidade Gestora, também, deverá encaminhar arquivo digital contendo os lançamentos contábeis sob sua responsabilidade e competência, conforme Layout do E-contas.

**Art. 5º** - O descumprimento do disposto nesta Resolução implicará na aplicação de multa ao responsável, na forma dos artigos 57 e 58 da Lei Complementar nº 84/2012.

**Art. 6º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, sendo seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2014.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de fevereiro de 2014.

  
Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**

  
Conselheira Vice-Presidente **Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

  
Conselheiro Corregedor **César Colares**

  
Conselheiro **Aloisio Chaves**

  
Conselheiro **Daniel Lavareda**

  
Conselheiro **Antônio José Guimarães**

  
Conselheiro Substituto **Sérgio Dantas**